



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA

SANDRA ELIVÂNIA EUGÊNIO DE SOUSA

**CUIDAR E EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

LUIS GOMES, RN  
2016

SANDRA ELIVÂNIA EUGÊNIO DE SOUSA

**CUIDAR E EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Artigo Científico apresentado ao Curso de Pedagogia a Distância do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia, sob orientação da professora Mariângela Momo.

LUÍS GOMES, RN  
2016

## **CUIDAR E EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**Por**

**SANDRA ELIVÂNIA EUGÊNIO DE SOUSA**

Artigo Científico apresentado ao Curso de Pedagogia a Distância do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Dra. Mariangela Momo (Orientadora)  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

---

Dra. Maria Cristina Leandro de Paiva  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

---

Dra. Naire Jane Capistrano  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

## CUIDAR E EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Sandra Elivânia Eugênio de Sousa<sup>1</sup>  
Mariângela Momo<sup>2</sup>

### RESUMO

Diante da trajetória de avanços que a educação infantil vem percorrendo, mas que ainda assim necessita de melhorias, é que colocamos em pauta o tema cuidar e educar na educação infantil por merecer discutir acerca da complexidade que envolve estas duas ações: cuidar e educar. Para tanto, buscamos questionar a problemática: atualmente, o professor está cuidando e educando? E através deste questionamento traçamos como objetivo verificar quais os dilemas e conflitos enfrentados pelos professores de educação infantil no ato de cuidar e educar. Buscamos responder esses anseios através do estudo de autores como Didonet (2001), Freire (2008), Piaget (1977) e Kramer (2005) entre outros. A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste estudo foi à pesquisa qualitativa com a realização de revisão bibliográfica. Com fundamento nessa estratégia de trabalho é que constatamos que o cuidar e educar são termos indissociáveis na educação infantil e que a parceria da família junto à escola é fundamental para o sucesso do ensino aprendizagem.

**Palavras-chave:** Cuidar. Educar. Professor.

### ABSTRACT

Given the trajectory of advances that early childhood education has achieved, but still needs improvement is that we put on the agenda the theme of care and teaching in early childhood education earned discuss about the complexity that involves both: care and teaching. Therefore, we seek to question the problem: currently, the current teacher caring and teaching? And through this, we draw the objective of verifying that the dilemmas and conflicts faced by preschool teachers in the act of care and teaching. We seek to answer all these longings by the authors as Didonet (2001), Freire (2008), Piaget (1977) and Kramer (2005) among others. The methodology used to develop this was qualitative, literature and empirical research. Based on this strategy work is that we found that the care and teaching are terms undissociated in early childhood education and the partnership of the family with the school is essential to the success of teaching and learning.

**Keywords:** Caring. Teach. Teacher

---

<sup>1</sup> Graduanda em Pedagogia – Sandra-elivania@hotmail.com

<sup>2</sup> Professora – UFRN – marimomo@terra.com.br

## 1 INTRODUÇÃO

Este estudo investigativo parte da discussão a respeito do tema proposto “Cuidar e educar na educação infantil”. A partir do pressuposto de que a educação infantil compreende a educação básica de crianças de 0 a 5 de idade e 11 meses entende-se que nessa faixa etária sem dúvidas são necessários cuidados básicos e essenciais para as crianças. Assim educar vai unir-se automaticamente ao cuidar para que de fato aconteça o ensino sistematizado e organizado conforme é direito da criança e também necessidade desta.

Contudo, tentamos ao longo da pesquisa realizada e das discussões responder a problemática empregada neste estudo que enfatiza: atualmente, o professor atua cuidando e educando as crianças na educação infantil? A partir deste questionamento buscou-se compreender o perfil e o papel do professor em sala de aula. Uma vez considerou-se que as formas desorganizadas ou impensadas do professor ou da professora agir poderia estar enfocando mais uma ação do que a outra, estando as duas no mesmo patamar de igualdade.

Assim, este estudo tornou-se importante por colocar em discussão os termos “cuidar e educar” na educação infantil onde às vezes o próprio professor confunde esses termos considerando-os com um só significado ou ainda com significados diferentes, devendo ser trabalhos separados. Nesse sentido, esta pesquisa se fez relevante por discutir o assunto e apresentar possibilidades de respostas, ainda que concisas, a respeito contribuindo assim para que nós futuros profissionais da educação infantil assim como os da ativa também não caiamos no erro de trabalhar essas duas ações separadas, uma vez que as essas devem ser consideradas indissociáveis.

A partir dessa discussão, traçamos como metas a serem seguidas: verificar quais os dilemas e conflitos enfrentados pelos professores da educação infantil no ato de cuidar e educar. E os demais objetivos foram: compreender o processo histórico da educação infantil; analisar o papel da família dentro da escola na relação entre o cuidar e o educar e conhecer a diferença de cuidar e educar na educação infantil e seus aspectos indissociáveis.

Para concretização dessas repostas embasamos nos pensamentos de teóricos como Didonet (2001), Freire (2008), Piaget (1977) e Kramer (2005) dentre outros e utilizamos como metodologia a pesquisa qualitativa realizando uma revisão bibliográfica.

Este artigo científico está subdividido para a melhor compreensão do leitor da seguinte forma: No início abordamos o contexto histórico da educação infantil quanto a sua trajetória de avanços e conquistas, onde mostramos a gradual evolução, como também

fazemos referências que apesar da existência de leis, diretrizes e planos, a educação infantil deveria apresentar resultados em termos de qualidade melhores do que os atuais.

Logo discutimos a respeito do ato de cuidar e educar na educação infantil, que a apesar de significados diferentes estes termos tornam-se inseparáveis na educação infantil, uma vez que um depende do outro.

Porém, esses são apontados principalmente para as crianças onde a família se faz ausente da escola sendo a instituição considerada como um depósito para crianças e/ou a família que deu liberdade sem limites à criança que agora não consegue ter domínio, autoridade sobre o próprio filho.

Por fim, apresentamos as perspectivas para a educação infantil desde a década de 90 considerando documentos que orientam e regulamentam a educação infantil no Brasil e constatamos que alguns avanços previstos nestes documentos já acontecem na prática enquanto outros acontecem a passos muito lentos.

De modo geral, este artigo científico de conclusão do curso de pedagogia da UFRN na modalidade a distância visa contribuir de modo significativo para com aqueles que também abordam o tema proposto e ainda deixar como o registro dos estudos realizados visando o aprofundamento deste em outros momentos formativos da autora deste texto.

## **2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL**

A educação infantil, tanto na Europa quanto no Brasil, por muito tempo teve característica assistencialista, uma vez que seu objetivo era amparar as famílias mais pobres onde os pais tinham que trabalhar fora de casa ficando os filhos sem ter com quem os deixar. Assim confirma Didonet (2001, p. 13) abaixo:

Enquanto para as famílias mais abastadas pagavam uma babá, as pobres se viam na contingência de deixar os filhos sozinhos ou colocá-los numa instituição que deles cuidasse. Para os filhos das mulheres trabalhadoras, a creche tinha que ser de tempo integral; para os filhos de operárias de baixa renda, tinha que ser gratuita ou cobrar muito pouco; ou para cuidar da criança enquanto a mãe estava trabalhando fora de casa, tinha que zelar pela saúde, educar hábitos de higiene e alimentar a criança. A educação permanecia assunto de família. Essa origem determinou a associação creche, criança pobre e o caráter assistencial da creche. (DIDONET, 2001, p. 13).

Diante desse contexto, muitos movimentos de lutas ocorreram, sobretudo, aqueles que buscavam pela igualdade coletiva. Assim, um novo paradigma do atendimento à infância iniciou-se em 1959 em a Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Já

no Brasil, no artigo 227 da Constituição Federal de 1988 proclama-se o direito a educação para todas as crianças, direito reafirmado no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069/90).

[U1] Comentário: Salto histórico!

A Constituição e o ECA tornaram-se referências pela luta por uma instituição que não recebesse a criança por um ato caridoso para os menos favorecidos e sim como espaço educacional constituído em direito para a criança independentemente de classe social. Segundo Ferreira (2000, p. 184), a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente é mais do que um simples instrumento jurídico, porque:

Inseriu as crianças e adolescentes no mundo dos direitos humanos. O ECA estabeleceu um sistema de elaboração e fiscalização de políticas públicas voltadas para a infância, tentando com isso impedir desmandos, desvios de verbas e violações dos direitos das crianças. Serviu ainda como base para a construção de uma nova forma de olhar a criança: uma criança com direito de ser criança. Direito ao afeto, direito de brincar, direito de querer, direito de não querer, direito de conhecer, direito de sonhar. Isso quer dizer que são atores do próprio desenvolvimento.

A partir de 1994, o Ministério da Educação (MEC) cumpriu com vários encontros e debates com o objetivo de definir com os gestores municipais e estaduais políticas para a Educação Infantil. A partir desses encontros foi criado um documento intitulado *Políticas Nacionais de Educação Infantil*, que expandia a oferta de vagas para crianças de 0 a 6 anos e a promoção da melhoria da qualidade do atendimento em instituições de educação infantil.

O MEC, no ano de 1995, definiu a melhoria da qualidade no atendimento educacional às crianças de 0 a 6 anos como um dos principais objetivos e, para atingi-lo, apontou quatro linhas de ação, segundo a Política de Melhoria da Qualidade da Educação:

- A - incentivo à elaboração, implementação e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares;
- B - promoção da formação e da valorização dos profissionais que atuam nas creches e nas pré-escolas;
- C - apoio aos sistemas de ensino municipais para assumirem sua responsabilidade com a Educação Infantil;
- D - criação de um sistema de informações sobre a educação da criança de 0 a 6 anos. (MEC, 2002, p. 19).

Em 1996, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394) introduziu-se inovações com relação à educação básica e a educação infantil passa a ser a primeira etapa da educação básica. A partir de então um conjunto de documentos que

orientam e regulamentam a educação vem tentando garantir esse direito. Como é o caso das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (2010 p. 14) que diz que “[...] é dever do Estado, garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção”.

Essa nova conjuntura da educação infantil, valorizou o profissional da área, com formação específica. No entanto, segundo o art. 62 da LDB de 1996, a formação de docentes para atuar na educação infantil deverá ser realizada em “nível superior, admitindo-se, como formação mínima, a oferecida em nível médio, na modalidade normal”. A formação mínima necessária teve que ser estabelecida em lei porque a princípio qualquer pessoa podia trabalhar na educação infantil, já que a intenção era apenas cuidar da criança. Depois desse artigo da LDB de 1996 foi que a exigência de formação foi colocada para todas as instituições se adequarem. Segundo a Constituição Federal do Brasil:

Atribui ao Estado o dever de garantir o atendimento às crianças de 0 a 6 anos em creches e pré-escolas (art. 208, IV), especificando que à União cabe prestar assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para garantir equalização das oportunidades e padrão mínimo de qualidade. Especificando ainda mais, determinou que os municípios atuassem prioritariamente no Ensino Fundamental e na Educação Infantil (art. 211, § 2º). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece em seu art. 11, inciso V, que os municípios incumbir-se-ão de “oferecer a Educação Infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o Ensino Fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino apenas quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e ao desenvolvimento do ensino” (BRASIL, 1988, p. 311).

A partir da Constituição a responsabilidade para o desenvolvimento crescente na educação infantil foi dividida ficando cada ente da federação com o que lhe compete e sendo obrigado a cumprir. Diante dessa nova perspectiva, estabelecida em lei, três importantes objetivos coroaram essa nova modalidade educacional se distanciando da função de cuidar das crianças:

- Objetivo Social: associado à questão da mulher enquanto participante da vida social, econômica, cultural e política;
- Objetivo Educativo: organizado para promover a construção de novos conhecimentos e habilidades da criança;
- Objetivo Político: associado à formação da cidadania infantil, em que, por meio deste, a criança tem o direito de falar e de ouvir, de



colaborar e de respeitar e ser respeitada pelos outros (DIDONET, 2001, p. 214).

Como percebe-se a educação infantil não pode ser um espaço de mero passatempo, mas compreendida como um dos mais importantes períodos de desenvolvimento da criança, por contemplar e objetivar não apenas o educacional, mas também o social e político.

É de reconhecer que até os anos 80, pode-se dizer que a educação infantil era inerte com relação a Legislação, pois foi nesse período que iniciou-se avanços na legislação. Porém no decorrer desses avanços o caminhar foi desordenado, uma vez que não adequou e/ou equipou inicialmente a instituição para ficar apto a receber as crianças. Como consequências dessa desorganização o ensino hoje apesar de grandes avanços ainda deixa a desejar com relação ao atendimento de qualidade para promover o desenvolvimento integral das crianças. Barreto (1998) comunga dessa ideia com sua teoria:

As instituições de educação infantil no Brasil, devido à forma como se expandiu, sem os investimentos técnicos e financeiros necessários, apresenta, ainda, padrões bastante aquém dos desejados [...] a insuficiência e inadequação de espaços físicos, equipamentos e materiais pedagógicos; a não incorporação da dimensão educativa nos objetivos da creche; a separação entre as funções de cuidar e educar, a inexistência de currículos ou propostas pedagógicas são alguns problemas a enfrentar. (BARRETO, 1998, p. 25).

A partir desse pensamento, esperamos que as várias leis, diretrizes e planos já existentes comecem a valer de fato, uma vez que a teoria apresenta uma educação que deveria ser de qualidade enquanto a realidade em muitas regiões do país é divergente com o que está escrito no papel, apesar de grandes conquistas e avanços ao longo da história.

## 2.1 CONCEPÇÕES DE CUIDAR E EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Como vimos, foi um longo processo para que se compreendesse que a principal função da educação infantil é cuidar e educar de modo indissociável. Essa função traz um conjunto de exigências e novos entendimentos. Entre os quais o entendimento de que:

O trabalho direto com as crianças pequenas exige que o educador tenha uma competência polivalente. Ser polivalente significa que ao educador sabe trabalhar com conteúdos de naturezas diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento. Este caráter polivalente demanda, por sua vez, uma

formação bastante ampla e profissional que deve tornar-se, ele também, um aprendiz, refletindo constantemente sobre sua prática, debatendo com seus pares, dialogando com as famílias e a comunidade e buscando informações necessárias para o trabalho que desenvolve. São instrumentos essenciais para reflexão sobre a prática direta com as crianças a observação, o registro, o planejamento e a avaliação (BRASIL, 1998, p. 41).

Partindo desse pensamento, cabe ressaltar a importância e exigência do professor da educação infantil ter uma formação específica como também a recomendação que se tem de possuir uma formação contínua. O fazer docente deve estar permeado de reflexão, uma vez que a criança em sua individualidade requer cuidados em todo o seu processo de desenvolvimento, não apenas o educacional.

Como diz Oliveira *in Pátio* (2007, p. 15) a educação de crianças pequenas vem ganhando importante dimensão na sociedade atual, que cada vez mais considera as crianças como seres “curiosos e ativos, com direitos e necessidades”. E de fato, essa foi à transformação essencial no novo contexto histórico de educação infantil, ao colocar as instituições a ter uma nova postura para com as crianças no que diz respeito ao cuidado. “Cuidar da criança é, sobretudo, dar atenção a ela como pessoa que está num contínuo crescimento e desenvolvimento, compreendendo sua singularidade, identificando e respondendo às suas necessidades”. (BRASIL, 1998, p. 25)

É importante ressaltar que a criança quando se sente em um ambiente acolhedor e recebe o cuidado e a atenção devida, esta provavelmente corresponde com carinho, obediência e afeto ao adulto. Especificamente em sala de aula que o convívio mínimo é de quatro horas diárias é que a criança necessita dessa sensibilidade para aceitação de permanecer em um ambiente diferente do seu lar. E quando isto acontece à criança cria um vínculo afetivo com o professor essencial para o seu contínuo desenvolvimento.

Assim, a concepção do cuidar da criança na educação infantil compreende os cuidados básicos a uma criança como, por exemplo, a alimentação, higiene, vestuário e segurança, mas também os cuidados com as questões emocionais, sociais e os processos de sua aprendizagem e de seu desenvolvimento.

O cuidado está pautado na necessidade do outro. Isso significa que quem cuida não pode estar voltado para si mesmo, mas deve estar receptivo, aberto, atento e sensível para perceber aquilo de que o outro precisa. Para cuidar, é necessário um conhecimento daquele que necessita de cuidados, o que exige proximidade, tempo, entrega. (KRAMER, 2005, p. 82).

O desenvolvimento integral depende dos cuidados relacionais, que envolvem a dimensão afetiva e dos cuidados com os aspectos biológicos do corpo, como a qualidade da

alimentação e dos cuidados com a saúde, quanto da forma como esses cuidados são oferecidos e das oportunidades de acesso e conhecimento variados. (BRASIL, 1998, p. 24). Conforme o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) é necessário para que a criança tenha um desenvolvimento de qualidade que ela receba os cuidados mínimos necessários.

Diante disso, Freire (2008, p.22) enfatiza que “(...) educar não é transferir conhecimento, mas criar as potencialidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Esse é o conceito exato ao qual todo o professor deve ter ciência quando resolve trabalhar na educação, principalmente na infantil.

O RCNEI (1998) recomenda a indissociabilidade das ações de cuidar e educar crianças de 0 a 6 anos idade. De acordo com o referencial, educar significa:

“(...) propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis.” (BRASIL, 1998, p.23)

Portanto, devemos pensar no cuidar e educar de modo integrado não apenas como forma de garantir a sobrevivência da criança, mas, sobretudo, inseri-la em um ambiente que respeite seus direitos constitucionais assim como seja capaz de proporcionar momentos afetivos que a leva a interação, construção e busca do novo.

### **3. FORMAÇÃO DO EDUCADOR INFANTIL**

É de reconhecer que a formação adequada para atuar na educação infantil não está apenas na conclusão da licenciatura em pedagogia, pelo contrário, esta deve ser considerada o princípio da formação necessária para atuar, devendo ser continuada para o desempenho de um bom profissional.

A formação inicial deve adotar uma base sólida em um âmbito cultural, psicopedagógico e pessoal. Deve-se capacitar o futuro professor ou professora para assumir a tarefa educativa em toda a sua complexidade,

atuando com a flexibilidade e a rigorosidade necessárias, isto é, apoiando suas ações em uma fundamentação válida. (IMBERNÓN, 1998, P. 51).

Conforme cita o autor, a formação do educador que por si só já é complexa, o que o torna peça chave para o bom desempenho do ensino e desenvolvimento da criança. Assim, a função de educar, principalmente na educação infantil ganha a cada dia mais atenção em virtude do crescente índice de matrículas nesta etapa de ensino como também da sua valorização no entendimento de suas possibilidades para o desenvolvimento das crianças.

O Programa de Educação Continuada para Professores de Educação Infantil – PECEI um indicador da necessidade deste profissional de estar sempre na busca do conhecimento, aprimorando o que já sabe, e tornando-se um profissional capaz de atender as necessidades individuais de cada criança. Segundo Amaral (2003), essas ideias são voltadas para a formação dos professores, a saber:

Treinamento, aperfeiçoamento, reciclagem, capacitação e formação continuada, cada uma refletindo uma concepção do papel a ser desempenhado pelo professor em seu exercício profissional (AMARAL, 2003, p.148)

A partir dessa teoria, é pertinente reconhecer a necessidade da sala de aula do ensino infantil possuir profissionais que reconheçam sua responsabilidade de ir à busca de saberes atualizados, de novas experiências profissionais, essenciais para o sucesso da prática pedagógica. Assim, Vieira (2010) destaca:

A formação continuada de professores aparece como uma das dimensões do processo formativo do professor, que poderá contribuir para que este se mantenha sempre uma postura constante de construção e reconstrução de seu próprio conhecimento, tendo em vista as rápidas e profundas transformações ocorridas em todos os setores da vida humana. (VIEIRA, 2010, p. 33)

Ainda segundo Rodrigues e Esteves (1993, p. 43) essa formação visa atender um conjunto de necessidades, entre as quais: Atividades formativas que ocorrem após a certificação profissional inicial; Atividades que visam principal ou exclusivamente melhorar os conhecimentos, as habilidades práticas e as atitudes dos professores na busca de maior eficácia na educação dos alunos.

E em apoio à formação continuada dos profissionais da educação infantil, o governo federal tem oferecido nos últimos anos um conjunto de cursos e iniciativas para o incentivo na formação, entre eles citamos:

- Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID;

- Programa de Formação Inicial e Continuada, Presencial e a Distância, de Professores para a Educação Básica – PARFOR;
- Pró-letramento;
- Portal do Professor;
- Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional – PROINFO INTEGRADO.

Portanto, ficam evidentes os caminhos apontados para o professor seguir pós-licenciatura e é imprescindível que o profissional da educação infantil siga-os para torna-se capaz de inovar, transformar e conseguir identificar as necessidades diárias de sua sala de aula. Mais do que isso, o processo de formação continuada evidencia um novo perfil de educador, resultados progressivos para com as crianças que estão em processo contínuo de desenvolvimento.

### 3.1 DESAFIOS DE SALA DE AULA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

É bem verdade que a teoria empregada na formação do professor deixa a desejar no momento de colocá-la em prática. Isso em alguns casos se dá em virtude de algumas áreas do conhecimento terem sido pouco estudadas, deixando uma lacuna na formação do professor.

E no momento de vivenciar o dia a dia de sala de aula o professor se depara com situações inesperadas, o que gera incômodo e até desânimo no profissional, limitando seu trabalho e retardando o processo de ensino aprendizagem.

A revisão bibliográfica realizada para este artigo evidencia que há alguns problemas que são frequentes muitas salas de aula, incluindo as de educação infantil. Trata-se de problemas como indisciplina; dificuldade na aprendizagem e problemas psicológicos e comportamentais.

Para ajudar na compreensão dos problemas relacionados ao que se pode entender por indisciplina, abordamos o que diz Piaget (1977, p.7) sobre a moral: "toda moral é um sistema de regras e a essência de toda moralidade consiste no respeito que o indivíduo sente por tais regras". Diante do que nos aponta o autor é necessário entender que em nenhuma etapa educacional o professor consegue atuar como orientador/mediador se a família não estiver presente e/ou caminhar junto à escola.

Entendemos, portanto, que esses desafios vivenciados pelos profissionais da educação, em especial, o infantil, se perpetuam diante da falta do acompanhamento familiar. Assim, Freire (2000, p.29) coloca:

A mim, me dá pena e preocupação quando convivo com famílias que experimentam a “tirania da liberdade” em que as crianças podem tudo: gritam, riscam as paredes, ameaçam as visitas em face da autoridade complacente dos pais que se pensam ainda campeões da liberdade. (FREIRE, 2000, p.29).

Diante do que Freire (2000) coloca é pertinente dizer que certos casos de dificuldade na aprendizagem talvez não seja culpa do professor isoladamente, mas sim, da família que perdeu todo o controle e limite de educar o filho, afinal a escola tem a obrigação de ensinar e a família de educar. Daí a importância do caminhar junto, escola e família.

Os desafios encontrados em sala de aula atualmente vem preocupando a todos que fazem a educação por estar com um índice a cada ano maior no aumento dos problemas existentes. Esses problemas podem estar justamente relacionados a falta de compromisso dos pais com os filhos na escola, pois alguns colocam os filhos para estudar desde cedo com um intuito de se livrar de um problema que já perdeu o controle. Outros, no caso do berçário, talvez coloque a criança na escola com a intenção de apenas ter cuidado com o bebê, esquecendo ou fingindo esquecer, ou mesmo desconhecendo, que o papel da escola não é mais de assistência social, mas um espaço de propiciar meios que possam colaborar na construção de um ser ativo na nova sociedade que tanto queremos.

### 3.2 – PERSPECTIVAS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

Diante do contexto atual se faz necessário pensar sobre as perspectivas para a educação infantil. Sobre isso um dos grandes estudiosos da Educação Infantil DIDONET (1983, p.50-51) já apontava algumas perspectivas ainda na década de 90. O fato é que essas perspectivas ainda se mantêm, em grande medida, relevantes e “vivas”, por isso são retomadas aqui:

- 1- A demanda pelo atendimento educacional da criança de 0-6 anos fará pressão cada vez mais vigorosa e organizada, forçando a oferta. A creche apresentará um crescimento ainda mais rápido. A pressão da demanda será maior nesta área;
- 2- O Município assumirá a maior parte da oferta. A tendência da municipalização é antiga e corresponde tanto a um desejo de descentralização, quanto à localização da demanda;

- 3- O papel do Ministério da Educação se concentrará na definição das diretrizes pedagógicas e no apoio financeiro a Estados e Municípios. Forçados a caminhar sozinhos nos últimos anos, Estados e Municípios foram encontrando suas veredas ou abrindo novas avenidas nessa área.
- 4- A educação infantil se organizará administrativamente melhor, com uma estrutura mais homogênea. É possível imaginar-se que, daqui a alguns anos, a pré-escola poderá ser descrita segundo um modelo mínimo nacional, no qual a organização didática e administrativa e a programação educativa tenham um certo referencial comum, porém, sem haver uniformidade.
- 5- As propostas pedagógicas da creche e da pré-escola terão maior consistência, maior embasamento científico e fundamentação teórica mais sólida, em decorrência do conhecimento mais amplo das ciências da Educação, da qualificação dos profissionais e das elaborações curriculares que se estão fazendo.
- 6- A pré-escola e o ensino fundamental conseguirão articular-se melhor, numa perspectiva de identidades próprias e de sequência do processo de aprendizagem da criança até os 14 anos.
- 7- A qualificação dos professores sofrerá modificações no conteúdo e na forma. Os cursos pré-serviço e em serviço, que hoje são as principais fontes de qualificação para a prática, terão grande afluxo de professores. Mas terão um sentido diferente: não mais como origem da qualificação e sim como complementação e atualização do que foi estudado numa Escola Normal renovada ou em Curso Superior de Pedagogia voltado para a Educação Infantil.
- 8- A tecnologia da informação, mais disponível para o uso prático, determinará alterações no papel do professor. A transmissão de informações para as crianças poderá ser mais ampla, diversificada e atraente por meios eletrônicos. Educar a aprender e aprender a aprender são tarefas que caberão cada vez mais ao professor, principalmente, na pré-escola.
- 9- Crescerá o interesse de profissionais de outras áreas de formação para atuarem na pré-escola: psicólogos, antropólogos, sociólogos, professores de arte, de educação física, etc. Verifica-se uma tendência à especialização do trabalho na educação infantil.
- 10- Continuará a tendência de formalização do atendimento, por parte do setor público. As experiências de modelos não formais ficarão praticamente restritas às Organizações Não Governamentais. Estas têm mais poder de inovação e maior coragem do que os órgãos governamentais para inventarem alternativas.

De acordo com o descreveu o autor há 16 anos, já previa uma tendência no crescimento e organização do sistema educacional, sobretudo, o infantil. É de se reconhecer que todos os pontos colocados pelo autor realmente já vêm ocorrendo veementemente e outros caminhando ainda a passos curtos, porém na busca de sua concretização e melhoramento.

Apesar desses indicadores, devemos levar em consideração que a sociedade que temos hoje é totalmente diferente daquela da década de 90. Vivemos hoje numa sociedade de mudanças repentinas, tudo acontece de maneira veloz, e a criança também já está nascendo com esse ritmo. Muitas crianças de 3 anos chegam a escola sabendo mexer em celular, jogar vido game, sabendo conectar a internet etc. Isso é um alerta para as mudanças e transformações da sociedade e com ela a necessidade da educação também se adequar ao seu público.

Já Jacques Delors (DELORES, 1998), coordenador do *Relatório para a Unesco da Comissão Internacional Sobre Educação para o Século XXI*, no livro *Educação: um tesouro a descobrir*, aponta como principal consequência da sociedade do conhecimento a necessidade de uma aprendizagem ao longo de toda a vida fundada em quatro pilares que são ao mesmo tempo pilares do conhecimento e da formação continuada. Esses pilares podem ser tomados também como bússola para nos orientar rumo ao futuro da educação. Por isso, optamos por abordar e explicar cada um deles.

Um desses pilares é o aprender a conhecer. Este pilar se refere ao prazer de compreender, descobrir, construir e reconstruir o conhecimento, curiosidade, autonomia, atenção. Para Delores (1998) é inútil tentar conhecer tudo. Isso supõe uma cultura geral, o que não prejudica o domínio de certos assuntos especializados. Aprender a conhecer é mais do que aprender a aprender. Aprender mais linguagens e metodologias do que conteúdos, pois estes envelhecem rapidamente. Não basta aprender a conhecer. É preciso aprender a pensar, a pensar a realidade e não apenas "pensar pensamentos", pensar o já dito, o já feito, reproduzir o pensamento. É preciso pensar também o novo, reinventar o pensar, pensar e reinventar o futuro.

O outro pilar é o aprender a fazer. Esse pilar é indissociável do aprender a conhecer. A substituição de certas atividades humanas por máquinas acentuou o caráter cognitivo do fazer. O fazer deixou de ser puramente instrumental. Nesse sentido, vale mais hoje a *competência pessoal* que torna a pessoa apta a enfrentar novas situações de emprego, mas apta a trabalhar em equipe, do que a pura *qualificação profissional*. Hoje, o importante na formação do trabalhador, também do trabalhador em educação, é saber trabalhar coletivamente, ter iniciativa, gostar do risco, ter intuição, saber comunicar-se, saber resolver conflitos, ter estabilidade emocional. Essas são, acima de tudo, *qualidades humanas* que se manifestam nas relações interpessoais mantidas no trabalho. A flexibilidade é essencial. Existem hoje perto de 11 mil funções na sociedade contra aproximadamente 60 profissões oferecidas pelas



universidades. Como as profissões evoluem muito rapidamente, não basta preparar-se profissionalmente para um trabalho.

Já o terceiro pilar é o aprender a viver juntos, a viver com os outros. Compreender o outro, desenvolver a percepção da interdependência, da não-violência, administrar conflitos. Descobrir o outro, participar em projetos comuns. Ter prazer no esforço comum. Participar de projetos de cooperação. Essa é a tendência. No Brasil, como exemplo desta tendência, pode-se citar a inclusão de temas/eixos transversais (ética, ecologia, cidadania, saúde, diversidade cultural) nos Parâmetros Curriculares Nacionais, que exigem equipes interdisciplinares e trabalho em projetos comuns.

E por fim o pilar do Aprender a ser. O desenvolvimento integral da pessoa: inteligência, sensibilidade, sentido ético e estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade, pensamento autônomo e crítico, imaginação, criatividade, iniciativa. Para isso não se deve negligenciar nenhuma das potencialidades de cada indivíduo. A aprendizagem não pode ser apenas lógico-matemática e linguística. Precisa ser integral.

Concordamos com os pilares propostos pelo autor e pensamos que é necessário nos prepararmos para em breve estas práticas estarem presentes no nosso dia a dia. O professor principalmente deve mais que nunca estar atualizado na sua formação, uma vez que necessitará ter domínios novos como, por exemplo, da informática, o que para alguns profissionais ainda é um assunto que remete medo. Diante do que nos foi apontado esta é a perspectiva para a educação infantil.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Compreendemos que a educação infantil ao longo de sua história passou por transformações radicais e que só a partir da década de 80 que conseguiu politicamente torná-la um direito da criança no Brasil. A partir daí muitas foram às lutas em busca do melhoramento e/ou aperfeiçoamento nas instituições de ensino, desde a estrutura física até a formação adequada do profissional, com isso foram criadas leis, diretrizes, planos que viessem a concretizar o atual ensino infantil que nossos filhos tem direito.

Com isso, através da pesquisa adotada neste estudo conseguimos muitas respostas para algumas das metas aplicadas no início deste estudo. Dentre os quais conseguimos conhecer, por meio da revisão bibliográfica, os principais dilemas e conflitos enfrentados pelos professores da educação infantil em sala de aula, dentre eles a indisciplina, dificuldade na aprendizagem e problemas psicológicos e comportamentais foram os mais apontados

mediante uma ressalva, ao qual indica a persistências desses problemas em virtude da ausência da família, pois quando esta é presente o aluno tende a ter um comportamento diferente daquele que a família quase não vai à escola. Concluimos, portanto, que a família é um fator decisivo no resultado do ensino aprendizagem. Os demais objetivos também foram possíveis de obter resposta, sendo necessária a pesquisa bibliográfica em alguns teóricos, dentre os quais conseguimos compreender o processo gradativo e histórico da educação infantil, a importância da família no caminhar junto com a escola, sendo participativa e atuante na vida educacional da criança e ainda a compreender que cuidar e educar são termos utilizados na educação infantil indissociados, uma vez que um depende do outro para a concretização do educar para transformar.

Diante disso, chegamos ao pensamento analítico das questões estudadas que nos levou a compreender o porquê talvez da nossa educação de modo geral estar longe ainda de alguns padrões de qualidade.

Quando nos questionamos onde está o erro ou o problema, às vezes já é tarde demais. Por isso a necessidade de trabalhar tão bem no ensino infantil uma vez que deveria ser compreendida como a principal etapa educacional, uma vez que a criança quando se adapta e toma gosto pelo estudo a sequência é apenas dá continuidade. Mas para esse feito se tornar mais fácil é preciso ações conjuntas, escola e família. E esta é uma realidade que também está nos preocupando. A família está perdendo sua essência e jogando a responsabilidade somente para a escola em fazer com que a criança consiga se desenvolver, sabendo ela que a própria criança ao perceber a ausência da família em acompanhá-la, orientá-la se torna o primeiro fator de iniciar um ciclo de problemas na escola e o resultado nunca é aceito pela própria família que também não se conscientiza e assume a culpa como também será um reflexo na vida escolar da criança.

Por isso, fazemos questão de apontar para cada um, na sua individualidade, assuma sua responsabilidade e façamos das oportunidades momentos concretos de realização para instigar nossas crianças em busca do conhecimento.

Portanto, este trabalho ao qual tentamos apresentar da melhor maneira possível o tema estudado e trazer nele respostas que muitos educadores e pais procuravam poderá ser útil como fonte de pesquisa para outros estudantes, assim como poderá servir em outro momento de base para um estudo mais minucioso da própria autora deste texto.

## **REFERÊNCIAS**

AMARAL, Ivan Amorozinho. **Oficinas de Produção em Ensino de Ciências**: uma proposta metodológica de formação continuada de professores. In: TIBALLI, Elianda F. Arantes, CHAVE, Sandramara Matias (orgs.). *Concepções e práticas em formação de professores: diferentes olhares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BARRETO, Ângela M. R. **Situação atual da educação infantil no Brasil**. In: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Subsídios para o credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil*. v. 2. Coordenação Geral de educação infantil. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998.

BRASIL, **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Vol. 1: Introdução.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988, 305 p.

DIDONET, V. **A Criança de 0 - 6 anos no Brasil e seu Atendimento Educacional** - Questões a Considerar. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*. São Paulo, ano 3, nº 1, jan. - jun., 1993.

DIDONET, Vital. **Creche: a que veio, para onde vai**. In: *Educação Infantil: a creche, um bom começo*. Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. v 18, n. 73. Brasília, 2001. p.11-28.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo, Cortez, 1998.

Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990.

FERREIRA, Maria Clotilde Rossetti (Org.). **Os fazeres na educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 43º ed. São Paulo: Paz e terra, 2011. KRAMER, Sonia. *Profissionais de Educação Infantil: gestão e formação*. São Paulo: Ática, 2005.

IMBERNÓN, Francisco. **La formación y el desarrollo profesional del professorado**: Hacia una nueva cultura profesional. 3. ed. Barcelona: Graó, 1998.  
Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.

Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Política nacional de educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF/COEDI, 1994a.

PÁTIO. **Como definir uma Pedagogia que oriente o trabalho em creche**, Zilma R. de Oliveira. Ano 5, nº 13, Mar/Jun de 2007.

PIAGET, J. **O julgamento moral na criança**. São Paulo: Mestre Jou, 1932/1977.

RODRIGUES, Ângela; ESTEES, Manuela. **A análise de necessidades na formação de professores**. Porto: Porto, 1993.

VIEIRA, Giane Bezerra. **Alfabetizar letrando**: investigação-ação fundada nas necessidades de formação docente. 2010. 331f. Tese (Doutoramento em Educação). Programa de pós-graduação em educação, UFRN, Natal 2010.